

**IV PROJETER 2009
PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA
FAU-UPM SÃO PAULO BRASIL
Outubro 2009**

EIXO: INTERVENÇÃO

**Preservar e intervir em Brasília. O caso das antigas fazendas
do Distrito Federal**

Andrey Rosenthal Schlee

FAU UnB

andreysc@terra.com.br

Oscar Luís Ferreira

FAU UnB

oscar@unb.br

Wilson Jardim Vieira Jr

PPG-FAU

wilsonvieirajr@gmail.com

Lenora de Castro Barbo

PPG-FAU

lenorabarbo@gmail.com

Preservar e intervir em Brasília. O caso das antigas fazendas do Distrito Federal

Eixo:

Intervenção

Resumo:

Em 2002 foi criada e ofertada pela primeira vez no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília a disciplina Projeto de Arquitetura e Urbanismo VIII. Desde então, o conteúdo trabalhado no ateliê integra as áreas que caracterizam as atribuições, deveres e responsabilidades profissionais, particularmente, no núcleo de conhecimentos que as Diretrizes Curriculares consagraram chamar de “técnicas retrospectivas”. Para tanto, a disciplina apresenta a seguinte ementa: o domínio das teorias, práticas projetuais e soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos arquitetônicos e cidades. Contrariando a idéia de que Brasília nasceu do nada, durante o segundo semestre letivo de 2008, os alunos foram instigados a trabalhar em onze sedes de fazendas, todas erguidas antes da construção da Capital (BRASÍLIA, DF). Atuando *in loco*, estudaram e mediram os remanescentes do século XVIII, conviveram com os atuais moradores, diagnosticaram os problemas existentes e propuseram soluções capazes de transformar a realidade estabelecida. Assim, não apenas contribuíram para o registro e o resgate de um patrimônio cultural relegado ao esquecimento e à destruição (MEMÓRIA), como projetaram intervenções capazes de melhorar a qualidade de vida dos atuais moradores e/ou proprietários (PROCESSO). Ou seja, um belo *exemplo de formação profissional focada na pesquisa e no aprendizado prático*.

Palavras-Chave:

Memória / Processo / Brasília, DF

Preservar e intervir em Brasília. O caso das antigas fazendas do Distrito Federal

Introdução

“Ninguém inicia uma reflexão científica ou acadêmica a partir do ponto zero. O mais comum é iniciar qualquer trabalho ou esforço de reflexão científica a partir de conquistas ou questionamentos que já foram levantados em trabalhos anteriores. Mesmo que para criticá-los”¹. Assim podemos apurar e apresentar tais informações por meio de uma listagem de livros relacionados a um determinado tema (referências bibliográficas ou bibliografia); por meio de uma relação de fontes históricas (*corpus documental*); por meio da elaboração de comentários críticos sobre autores e/ou conteúdos fundamentais sobre aquele tema (revisão bibliográfica); ou por meio do levantamento do conjunto de informações e de conhecimentos – e onde eles estão disponíveis –, ou seja, o que já se produziu ou o que atualmente está sendo pesquisado sobre o tema em questão (estado da arte ou estado do conhecimento).

No presente artigo pretendemos montar um primeiro “mapeamento” do estado da arte² da investigação do patrimônio urbano e arquitetônico na Região Centro-Oeste do Brasil e demonstrar com disciplinas de **Projeto Arquitetônico** podem colaborar para o conhecimento, o resgate e a preservação de edificações com valor patrimonial. Considerando a amplitude espacial e temporal do tema proposto (todo o vasto patrimônio urbano e arquitetônico na Região Centro-Oeste do Brasil), definimos trabalhar apenas com os objetos diretamente relacionados com a presença e a influência portuguesa entre nós (de 1500 a 1900). Pelos mesmos motivos, não exploraremos a significativa contribuição de cronistas e viajantes.

O acervo arquitetônico da Região Centro-Oeste do Brasil

Desde 1969, o Brasil está dividido, segundo critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em cinco grandes Regiões: a Centro-Oeste, a Norte, a Nordeste, a Sudeste e a Sul. Por sua vez, a Centro-Oeste engloba quatro unidades federativas: o Distrito Federal (DF / Brasília) e os estados do Mato Grosso (MT / Campo Grande), Mato Grosso do Sul (MS / Cuiabá) e Goiás (GO / Goiânia).

Com um território de 1.604.852 km², a Região Centro-Oeste apresenta um significativo patrimônio urbano e arquitetônico, que inclui conjuntos listados como Patrimônio da Humanidade (Goiás e Brasília); e conjuntos preservados como Patrimônio Nacional (Goiânia, Goiás, Pilar, Pirenópolis, Brasília, Cuiabá, Corumbá, entre outros), além de inúmeros imóveis protegidos isoladamente.

¹ BARROS, José D’Assunção. **O projeto de pesquisa em história. Da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.54.

² *Estado da Arte* é uma expressão que, particularmente, não gostamos de utilizar. Cunhada em torno de 1910 pela indústria de equipamentos mecânicos sofisticados, significava o nível mais alto do desenvolvimento tecnológico de determinado produto (turbinas, por exemplo). Estranhamente, foi alçada para o campo acadêmico e, atualmente, é empregada quando desejamos apresentar um conjunto de informações referentes ao estágio ou estado de desenvolvimento de determinado tema.

No entanto, pensar o patrimônio arquitetônico da Região Centro-Oeste implica, em primeiro lugar, considerar a produção dos primeiros habitantes – os “indígenas” – e, em segundo, a presença dos colonos luso-brasileiros.

Sobre a população nativa, muito pouco tem se produzido. A historiografia oficial tradicionalmente ignorou a arquitetura do “indígena nacional”, submetendo-a a uma espécie de comparação despropositada com a dos indígenas de outras regiões (principalmente as de colonização espanhola). Cegueira que durou praticamente até o final do século XX.

Em 1979, a arquiteta Cristina Cunha Costa e Sá publicou o artigo *Habitação indígena no Alto-Xingu*³, abrindo caminho para uma nova postura no estudo da arquitetura indígena, que passou a se caracterizar pela análise detalhada e in-loco de casos específicos.

Durante a década de 1980, alguns arquitetos publicaram suas pesquisas a respeito das formas de agenciamento dos espaços habitacionais indígenas. Estes textos cristalizaram, de certa maneira, uma forma de interpretar tal produção. Em 1983, a antropóloga Sylvia Caiuby Novaes organizou o livro *Habitações Indígenas*⁴. Tal publicação pode ser considerada como um divisor de águas no estudo da arquitetura indígena no Brasil. Ao todo, reúne sete estudos voltados para a compreensão das formas de produção e uso do espaço em nove sociedades distintas, mas abrangendo todos os grandes grupos lingüísticos presentes no Brasil (Jê, Tupi, Aruak e Caribe).

Em 1986, os antropólogos Berta e Darcy Ribeiro criaram, organizaram e editaram a coleção *Suma Etnológica Brasileira*, com o objetivo de resgatar e atualizar artigos clássicos publicados nos vários números do *Handbook of South American Indians* (1945-50). O volume I trata da Etnobiologia⁵ (do saber indígena), o volume II explora a Tecnologia Indígena⁶ e o terceiro discute a Arte Índia⁷. O segundo volume da coleção é paradigmático. Dos dezesseis artigos publicados, três são fundamentais para o estudo da arquitetura nacional. Dolores Newton introduz o tema e aborda questões relacionadas com a cultura material e a história cultural; Maria Heloísa Fénelon Costa e Hamilton Botelho Malhano tratam da habitação indígena brasileira e apresentam uma classificação morfológica para as aldeias, moradas e anexos; e por fim, o próprio Hamilton apresenta um glossário da habitação.

Para comemorar o V Centenário do Descobrimento do Brasil, a Universidade Federal de Pernambuco promoveu o *Projeto Brasil – 500 Anos de Arquitetura*⁸ que resultou, entre outras coisas, na publicação do volume homônimo. A bela edição divide-se em cinco módulos temáticos, o primeiro dos quais é dedicado a arquitetura indígena. Escrito pelo arquiteto Jorge Derenji, o estudo se propõe a “elaborar um panorama da produção arquitetônica das sociedades indígenas, a partir de dados disponíveis...”⁹, para tanto revisita os textos clássicos de cronistas e viajantes, dedica-se ao estudo das diferentes formas e organização

³ SÁ, 1979. p.129-142.

⁴ NOVAES, 1983.

⁵ RIBEIRO, 1986.

⁶ RIBEIRO, 1986.

⁷ RIBEIRO, 1986.

⁸ MONTEZUMA, 2002.

⁹ DERENJI, 2002. p.24.

de aldeias (circulares, retangulares e lineares), bem como às tipologias usuais de moradias (casas de planta circular, planta elíptica, retangular e poligonal), por fim, explora os materiais utilizados.

Embora tenha ocorrido uma disseminação ou socialização do tema nas últimas décadas, ainda estamos bastante carentes de estudos detalhados sobre a produção indígena da Região Centro-Oeste, basta lembrar que na volumosa publicação *História dos índios no Brasil*¹⁰, foram apenas focados os índios da Amazônia e das regiões nordeste, leste e sul. Ou seja, os nativos do Centro-Oeste ficaram de fora!

Por outro lado, sobre a contribuição dos colonos luso-brasileiros a Região tem acumulado um significativo conjunto de referências materiais e historiográficas. Caio Prado Júnior foi incisivo ao afirmar que o interesse de Portugal pelo Brasil e o “desenvolvimento conseqüente de sua política de restrições econômicas e opressão administrativa”¹¹ só tomaram considerável impulso a partir das primeiras grandes descobertas de jazidas auríferas na região das Minas Gerais (em torno de 1696). O ouro atraiu um grande número de aventureiros vindos de Portugal e de outras regiões da Colônia. “Só a imigração de portugueses para o Brasil foi, nos primeiros sessenta anos do século XVIII, de 600 mil pessoas. A esta, devem-se somar as que saíram do Nordeste, de São Paulo e de outras regiões e partiram em direção às minas; e, além disso, a gigantesca quantidade de escravos índios e negros, estes últimos trazidos de pontos diversos da África quanto a Guiné e Moçambique”¹².

Nos primeiros anos do século XVIII, expedições exploratórias passaram a trilhar os campos, serras e rios das terras do Mato Grosso e de Goiás. Em 1719, o bandeirante Pascoal Moreira Cabral, descobriu ouro junto ao rio Coxipó-Mirim e fundou o arraial de Cuiabá (MS). Em 1727, o povoado foi elevado à categoria de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. No mesmo ano, outro bandeirante, Bartolomeu Bueno da Silva, fundou Goiás (GO), com a denominação de Arraial de Santa Ana (elevada à Vila Boa de Goiás em 1736).

A descoberta de consideráveis quantidades de ouro acelerou o processo de ocupação territorial, dando origem a um importante conjunto de arraiais, vilas e – mais tarde – cidades. Pirenópolis (GO) foi fundada, em 1731, com o nome de Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte; Pilar de Goiás (GO), em 1736; e Vila Bela da Santíssima Trindade (MS), em 1737, como Pouso Alegre.

Em 1746, Vila Bela foi elevada à cidade-sede da Capitania do Mato Grosso (mantendo tal status administrativo até 1820) e, em 1748, foi criada a Capitania de Goiás com sede em Vila Boa (mantendo-se como capital até 1937).

Na atual fronteira com a Bolívia, em 1775, foi fundado o Forte Coimbra (MS) e, em 1778, a Vila de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, que deu origem à cidade de Corumbá (1859, MS).

Já fora do período estudado (1500-1900), temos a inauguração de Goiânia, a delimitação do retângulo do Distrito Federal e a inauguração de Brasília; o desmembramento do antigo território do Mato Grosso, em 1977, com a conseqüente criação dos estados do Mato Grosso (com sede em Cuiabá) e

¹⁰ CUNHA, 1992.

¹¹ PRADO JR., 2008. p.56.

¹² KEATING, 2008. p.169.

Mato Grosso do Sul (com sede em Campo Grande); e a criação do Estado de Tocantins (com sede em Palmas), em 1988.

As unidades de proteção do patrimônio cultural da Região Centro-Oeste do Brasil

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto (IPHAN), foi criado em 1937 e, desde então, é o responsável pela implementação da política de proteção e de gestão do patrimônio cultural do Brasil. Ao longo de sua existência é possível identificar distintas visões hegemônicas no interior da instituição, como a que priorizou a proteção dos monumentos excepcionais isolados; a que buscou uma compreensão mais abrangente da questão, caminhando no sentido dos inventários e da proteção de conjuntos arquitetônicos; e a atual, que busca construir um sistema de proteção do patrimônio como um todo, em suas manifestações materiais e imateriais.

O IPHAN tem sede em Brasília e está organizado em Superintendências Regionais. De acordo com o Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004, “às Superintendências Regionais compete executar as ações de identificação, inventário, proteção, conservação e promoção do patrimônio cultural, no âmbito da respectiva jurisdição, e, ainda: analisar e aprovar projetos de intervenção em áreas ou bens protegidos; exercer a fiscalização, determinar o embargo de ações que contrariem a legislação em vigor e aplicar sanções legais, bem como proceder à liberação de bens culturais, exceto os protegidos; participar, com os Departamentos, da elaboração de critérios e padrões técnicos para conservação e intervenção no patrimônio cultural; e instruir as propostas de tombamento de bens culturais de natureza material e, eventualmente, de registro de bens culturais de natureza imaterial”¹³. A instituição dispõe de vinte e uma Superintendências Regionais, sendo que a Região Centro-Oeste é atendida por três delas: a 14ª, a 15ª e a 18ª.

A 14ª SR abarca os estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins¹⁴. Com sede na cidade de Goiânia, dispõe de duas sub-regionais (em Campo Grande e em Palmas), dois escritórios técnicos (em Goiás e em Pirenópolis) e uma Unidade Museológica (o Museu das Bandeiras em Goiás). Estão sob sua tutela os conjuntos urbanos de Goiânia, Goiás, Pilar, Pirenópolis e Corumbá, 15 edificações isoladas e um objeto, em Goiás; o conjunto urbano de Vila Bela da Santíssima Trindade, 4 edificações, uma ruína e um bem imaterial, em Mato Grosso; e o conjunto urbano de Natividade, em Tocantins.

A 15ªSR cuida do Distrito Federal. Com sede em Brasília, guarda um conjunto urbano, o Plano Piloto de Brasília, poucas edificações isoladas e um bem integrado.

¹³ IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal> >. Acesso em: 4//11/2008.

¹⁴ Tocantins é um Estado pertencente à Região Norte. Sua capital é Palmas e apresenta um conjunto urbano protegido por lei: Natividade.

A 18ªSR protege o patrimônio do Mato Grosso do Sul. Com sede em Cuiabá, dispõe de um escritório técnico em Corumbá, e guarda o conjunto urbano de Corumbá, uma edificação isolada, uma paisagem natural, um sítio tombado e um bem imaterial.

As diferentes Superintendências Regionais têm produzido farto material a respeito do patrimônio urbano e arquitetônico local. Na sua maioria, processos, estudos e pareceres técnicos sobre a proteção de determinados bens e sítios, mas que, infelizmente, não são amplamente disponibilizados. Vale destacar a primorosa documentação elaborada e/ou levantada em 2000 quando da candidatura de Goiás à Patrimônio da Humanidade, *Dossiê* que contou com a participação de profissionais como Fernando Madeira, Marcelo Brito, Salma Saddi Paiva, Marco Antônio Galvão, Vera Lúcia Galvão, Fátima Macedo Martins e de Jean Pierre Haléry (na condição de consultor).

O mesmo IPHAN tem divulgado suas ações de preservação por meio de inúmeros suportes, como o documentário dirigido por Moacir de Oliveira, “Villa Boa de Goyás”¹⁵; o vídeo dirigido por Waldir de Pina, “Canteiro Aberto – Restauro da Igreja Matriz de Pirenópolis, Goiás”¹⁶, a cartilha “Corumbá. História construída no Pantanal”¹⁷ ou a publicação do livro “Festival de Poesia de Goyas”¹⁸ na Série Preservação e Desenvolvimento do Programa Monumenta.

O Brasil assinou a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural em 1977¹⁹ e, desde então, nove bens culturais nacionais foram listados como patrimônio da humanidade. Para um determinado monumento ser considerado patrimônio cultural da humanidade, deve haver a concordância do Estado-membro interessado – em cujo território situa-se o bem –, e o respectivo enquadramento do monumento em, pelo menos, um dos seis critérios estabelecidos pelo Comitê do Patrimônio Mundial, a saber:

- I. representar uma obra notável do gênio criativo humano ou ;
- II. ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, dos monumentos artísticos, do planejamento urbano ou desenho paisagístico, ou;
- III. contribuir com um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização existente ou já extinta, ou ;
- IV. ser exemplo destacado de um tipo de construção, ou de conjunto arquitetônico, tecnológico ou paisagístico que ilustre uma ou mais etapas significativas da história da humanidade, ou;

¹⁵ **Villa Boa de Goyás.** Direção de Moacir de Oliveira. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, s.d. 25min.,color, inglês/português. (Fita de vídeo – VHS).

¹⁶ **Vídeo documentário: Canteiro aberto. Restauro da Igreja Matriz de Pirenópolis, Goiás.** Direção de Waldir de Pina. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, s.d. 4 vídeos, color, português (CD-ROM).

¹⁷ RIBAS, Maria Margareth (coord.). **Corumbá. História construída no Pantanal.** Corumbá: Ministério da Cultura/IPHAN, 2000.

¹⁸ **Festival de Poesia de Goyaz, Cidade de Goiás – GO.** Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2007.

¹⁹ Decreto Federal nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977, que promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972.

- V. constituir exemplo destacado de habitat, estabelecimento humano tradicional ou de uso na região, que seja representativo de uma ou mais culturas, especialmente se esses bens tornam-se vulneráveis por efeito de alterações irreversíveis, ou;
- VI. estar associado direta ou indiretamente com acontecimentos ou tradições vivas, com idéias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de excepcional valor universal (o Comitê considera que este critério não deveria justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais²⁰).

Para elucidar o que foi dito acima, vejamos em quais categorias ou critérios foram enquadrados alguns bens patrimoniais brasileiros considerados pela UNESCO: Ouro Preto – I e III (o acervo de Aleijadinho e mundo barroco); Olinda – II e IV (o tecido urbano e suas construções); Salvador – IV e VI (a estrutura urbana e a convergência de culturas distintas); Congonhas – I e IV, (a obra de Aleijadinho e o conjunto); São Luis – III, IV e V (cidade colonial portuguesa adaptada às condições locais); Diamantina – II e IV (o tecido urbano e suas construções); e Brasília I e IV (realização única e exemplo do significativo estágio da história humana). Por sua vez, o conjunto urbanístico de Goiás foi inscrito como patrimônio da humanidade considerando os critérios II e IV (os modos de vida e as formas de ocupação do território).

Na Região Centro-Oeste, a Unesco também listou, como bens naturais da humanidade, o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (2000) e as Áreas Protegidas do Cerrado, Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas (2001).

As instituições de ensino superior e os centros de pesquisa da Região Centro-Oeste do Brasil

O Ministério da Educação²¹ brasileiro classifica as instituições de ensino superior, segundo a natureza jurídica de suas mantenedoras, em Públicas e Privadas. As instituições públicas são criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público e estão classificadas em federais, estaduais ou municipais. As instituições privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado e dividem-se, ou se organizam, entre Instituições privadas com fins lucrativos ou privadas sem fins lucrativos. As primeiras são constituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (sua vocação social é exclusivamente empresarial); já as privadas sem fins lucrativos, podem ser, quanto a sua vocação social, comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

O Distrito Federal conta com uma instituição pública federal – a Universidade de Brasília (UnB) – e dezesseis privadas (entre faculdades integradas, institutos, centros universitários e universidades). O Estado de Goiás conta

²⁰ IPHAN. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/bens/Mundial/textopatmundial.htm>. Acesso em 10/10/2008.

²¹ MEC. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/sesu> > Acesso em 10/10/2008.

com duas instituições públicas federais – a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO) –, uma instituição pública estadual – a Universidade Estadual de Goiás (UEG) –, e vinte privadas. O Estado do Mato Grosso conta com duas instituições públicas federais – a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-MT) –, uma instituição pública estadual – a Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat) –, e cinco privadas. O Estado do Mato Grosso do Sul conta com três instituições públicas federais – a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Federal do Pantanal (UFPAN) –, e cinco privadas.

Segundo dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE-MEC), 170 cursos de Arquitetura e Urbanismo foram avaliados em todo o Brasil em 2008. Destes, seis são do Distrito Federal (Universidade de Brasília, Centro Universitário de Brasília, Centro Universitário Euro Americano, Faculdade do Planalto Central, Instituto de Ensino Superior Planalto e Universidade Paulista); quatro de Goiás²² (Universidade Católica de Goiás, Universidade Estadual de Goiás, Faculdade Cambury e Universidade Paulista); quatro do Mato Grosso (Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade do Estado de Mato Grosso, Universidade de Cuiabá e Faculdade de Ciências Agrárias e Exatas de Primavera do Oeste); e três do Mato Grosso do Sul (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Centro Universitário da Grande Dourados e Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal).

Resumindo, existe um estoque de potenciais pesquisadores em 170 escolas de arquitetura e urbanismo do Brasil, sendo 18 localizadas na Região Centro-Oeste. No entanto, nem todas as faculdades ou cursos de arquitetura e urbanismo desenvolvem investigações no campo do patrimônio urbano e arquitetônico de sua região de abrangência. Por outro lado, em função da produção e da tradição, devemos destacar algumas delas.

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília oferta cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. Os professores-pesquisadores estão organizados em três departamentos didáticos (o Departamento de Teoria e História, o Departamento de Tecnologia, e o Departamento de Projeto, Expressão e Representação). Atualmente, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB apresenta vários grupos de pesquisa, entre os quais: Grupo/CNPq - *Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização* (Dimpu), liderado pelo Dr. Frederico Rosa Borges de Holanda, que atua na linha de pesquisa do planejamento e desenho urbano; Grupo/CNPq - *Arquitetura e Urbanismo da Região de Brasília*, liderado pela Dra. Sylvia Ficher, que atua nas linhas de pesquisa de arquitetura brasileira, história e teoria da arquitetura; e o Grupo/CNPq - *Estudos de arquitetura latino americana e arquitetura comparada*, liderado pelo Dr. Andrey Rosenthal Schlee, que atua na linha de pesquisa de história da arquitetura e do urbanismo no Brasil.

A Escola de Arquitetura Edgar A. Graeff da Universidade Católica de Goiás oferta curso de graduação em Arquitetura e Design. Os professores-

²² A Universidade Federal de Goiás abriu o seu Curso de arquitetura e Urbanismo em 2009.

pesquisadores estão organizados no Departamento de Artes e Arquitetura e vêm realizando estudos sobre a teoria e história do edifício e da cidade, sobretudo enfocando o Estado de Goiás²³. A Escola apresenta o Grupo/CNPq - *Núcleo de Estudos e Pesquisa do Edifício e da Cidade* (NEPEC), coordenado pela Dra. Elane Ribeiro Peixoto, que atua em duas linhas de pesquisa: (1) espaço urbano e cidades contemporâneas e (2) teoria, história e crítica da arquitetura e do urbanismo.

O Centro de Ciências Exatas e Tecnologias da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul oferece o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Os professores-pesquisadores estão distribuídos entre os departamentos do Centro. O curso apresenta o Grupo/CNPq - *Estudos de arquitetura, do urbanismo e do paisagismo*, liderado por Ms. Ângelo Marcos Vieira de Arruda, que atua nas linhas de pesquisa de patrimônio histórico e evolução urbana das cidades do Mato Grosso do Sul.

A produção de referência para a Região Centro-Oeste do Brasil

Todo o trabalho de investigação que envolva a análise e/ou estudo do patrimônio urbano e arquitetônico brasileiro, deve consultar a vasta produção do professor Dr. Nestor Goulart Reis Filho da Universidade de São Paulo. O pesquisador é líder dos grupos de pesquisa/CNPq (1) *História do urbanismo e da arquitetura*; (2) *Urbanização, arquitetura e projeto: perspectiva histórica e problemas contemporâneos*; e (3) *Urbanização e planejamento no Brasil e América Hispânica*. Entre seus livros, tornaram-se referências fundamentais: *Evolução urbana do Brasil: 1500-1720* (1968)²⁴, *Quadro da arquitetura no Brasil* (1970)²⁵ e *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial* (2000)²⁶ – este é resultado de uma grande pesquisa sobre a documentação iconográfica existente em arquivos do Brasil, Portugal e Holanda. Reproduz documentos pertinentes aos atuais estados de Goiás (10), Mato Grosso do Sul (7) e Mato Grosso (19). Na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Reis Filho criou o *Laboratório de estudos sobre urbanização, arquitetura e preservação* (LAP)²⁷, atualmente coordenado pelo professor Dr. Paulo Julio V. Bruna.

Ainda entre as obras de consulta obrigatória sobre do patrimônio urbano e arquitetônico brasileiro, e particularmente da Região Centro-Oeste do Brasil, devemos destacar, pelo menos, quatro publicações:

1. *O barroco no Brasil. Psicologia – Remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul* (1974)²⁸. Escrito pelo pesquisador Eduardo Etzel, divide-se em duas partes. Na primeira, trata das questões pertinentes ao barroco no Brasil, defendendo a idéia do desenvolvimento de um barroco “rico” e um outro “pobre”. Na

²³ NEPEC. Disponível em: < <http://www.ucg.br> >. Acesso em 20/11/2008.

²⁴ REIS FILHO, 2001.

²⁵ REIS FILHO, 1970.

²⁶ REIS FILHO, 2000.

²⁷ LAP. Disponível em: < <http://www.fau.usp.br/dephistoria/lap/index.html> >. Acesso em 20/11/2008.

²⁸ ETZEL, 1974.

segunda parte, resgata e explora o universo dessa manifestação "pobre", erguida nos estados citados no título. Assim, temos capítulos específicos para a valorização da arquitetura de Goiás (Cap.II) e do Mato Grosso (Cap.III), bem como, uma comparação entre o barroco erudito e o produzido na Região Centro-Oeste (Cap.V). Ao todo, Etzel resgata cerca de 200 exemplares. No Estado de Goiás, o autor estuda o patrimônio das localidades de Goiás, Ouro Fino, Górrago do Jaguari, Luziânia, Santa Cruz, Niquelândia, Cocal, Pirenópolis e Pilar. Já no Estado de Mato Grosso, estuda Cuiabá e Chapada dos Guimarães.

2. *Atlas de monumentos históricos e artísticos do Brasil* (1975)²⁹, elaborado pelo professor Augusto Carlos da Silva Telles, "volta-se de preferência para a exemplaridade, para o que é significativo ou representativo em cada unidade e sua área respectiva, do período ou do estilo estudado"³⁰. Divide o campo analisado em nove unidades, entre as quais a "Unidade VII", que contempla os bens localizados em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. São eles: a Casa de Câmara e Cadeia, o Chafariz da Boa Morte, o Conjunto Arquitetônico da Praça Monsenhor Confúcio, e as igrejas de N. S. da Abadia e de N. S. da Boa Morte, de Goiás; as igrejas de N. S. do Rosário e de N. S. da Conceição, de Jaraguá; a Igreja de S. José, de Niquelândia; o conjunto arquitetônico de Pilar de Goiás; a Casa do Engenho da Babilônia e a Igreja de N. S. do Rosário, de Pirenópolis; a Sé de Santana, na Chapada dos Guimarães; e o Palácio do Governador, de Cuiabá.
3. *Guia dos Bens Tombados* (1980)³¹, coordenado pela pesquisadora Maria Elisa Carrazzoni, e apoiado na documentação existente nos arquivos da então denominada Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, o Guia é constituído de verbetes com informações sintetizadas sobre cada bem legalmente protegido por aquela Instituição desde 1937 até agosto de 1980. De Goiás, temos o Antigo Palácio dos Governadores e a Igreja de N. S. da Abadia; de Pilar, a porta da casa da Rua da Cadeia; e da Chapada dos Guimarães, a Sé de Santana.
4. *Atlas de Centros Históricos do Brasil* (2007)³², organizado pelos professores José Pessoa e Giorgio Piccinato. Explora vinte e cinco conjuntos urbanísticos, cada um acompanhado de um ensaio contendo o histórico da localidade, a evolução urbana, os aspectos culturais pertinentes e um mapa com roteiro de visita. Os centros estudados foram agrupados a partir de cinco grandes critérios: (1) *As capitais da administração colonial*, (2) *As cidades de mineração* – entre os quais estão Pirenópolis (texto de José Leme Galvão Jr.) e Goiás (texto de Marco A. F. Galvão e Vera Braum Galvão) –, (3) *Os centros agrícolas para exportação*, (4) *As cidades de conquista e povoamento* e (5) *As cidades novas do século XX* – entre as quais Corumbá (texto de José Leme Galvão Jr.).

²⁹ SILVA TELLES, 1985.

³⁰ SILVA TELLES, 1985.

³¹ CARRAZZONI, 1980.

³² PESSÔA e PICCINATO, 2007.

Durante a década de 1980, o professor Edgard Graeff coordenou o grande projeto coletivo intitulado *Oito vertentes e dois momentos de síntese da arquitetura brasileira*, por meio do qual pretendia “abrir caminhos para a elaboração de uma historiografia brasileira da arquitetura, uma historiografia comprometida com a política de desenvolvimento da Arquitetura Brasileira”³³. O projeto estimulou e congregou vários jovens pesquisadores em todo o território nacional, mas gerou frutos mais sólidos junto à Universidade Católica de Goiás. Como primeira resposta ao desafio proposto, foram publicados os chamados *Folhetos 1* e *2*, respectivamente, tratando de documentar os exemplares arquitetônicos de Natividade³⁴ (antiga cidade do nordeste de Goiás, no atual Estado de Tocantins) e discutir os paradigmas urbanísticos da cidade de Goiânia³⁵.

Em Goiânia, Graeff plantou uma tradição de pesquisa em história da arquitetura brasileira, exemplificada pelos trabalhos de Gustavo Neiva Coelho, Adriana Mara Vaz de Oliveira³⁶, Maria Diva Araújo Coelho Vaz e Maria Heloísa Veloso e Zárte³⁷.

A produção do professor Gustavo Neiva Coelho é extremamente abrangente, abarcando conteúdo variado sobre o patrimônio urbano e arquitetônico do Estado de Goiás. Entre suas publicações temos *Goiás, uma reflexão sobre a formação do espaço urbano* (1996), *Arquitetura da mineração em Goiás* (1996), *A modernidade do art déco na construção de Goiânia* (1997), *Art déco, uma vertente da modernidade* (2000), *O espaço urbano em Vila Boa* (2001), *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás – Vol.1* (2001), *Santa Cruz: inventário arquitetônico* (2001), *Patrimônio ferroviário tombado em Goiás* (2002), *Patrimônio cultural edificado* (2005) e *Guia dos imóveis tombados em Goiás – Vol.2* (2005).

Em Campo Grande, temos o professor Ângelo Marcos Vieira de Arruda, com obras significativas como *A arquitetura em Campo Grande* (1999), *Campo Grande: arquitetura e urbanismo na década de 30* (2000), *Pioneiros da arquitetura e da construção em Campo Grande* (2002) e *Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória* (2006).

Por sua importância e pioneirismo, a primeira tese a ser lembrada deve ser *Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás*, elaborada por Elvin Mackay Dubugras, em 1965, e orientada pelo professor Alcides da Rocha Miranda. A pesquisa foi desenvolvida na também pioneira, Coordenação de Pós-Graduação da UnB (de 1962), e trata-se de estudo criterioso e cuidadoso sobre o patrimônio arquitetônico local.

O trabalho de Dubugras permanece ainda não publicado, como tantas outras dissertações e teses produzidas sobre a Região Centro-Oeste. Entre elas, vale lembrar o doutorado do pesquisador português Pedro Dias P. Rodrigues – professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa – intitulado *Patrimônio urbano e arquitectónico, no Brasil, no Estado de Goiás*.

³³ GRAEFF, 1985. p.10.

³⁴ VAZ, 1985.

³⁵ GRAEFF, 1985.

³⁶ OLIVEIRA, 2001.

³⁷ VAZ, 2004.

Contribuição da topologia do lugar, o percurso estruturante e o edificado excepecional na construção dum processo de identificação patrimonial (2007). O estudo analisa, com farto material gráfico especialmente elaborado, sete localidades de Goiás: Vila Boa de Goiás, a aldeia de São José de Mossamedes e os arraiais do Corgo de Jaraguá, de Meia Ponte, de Pilar, de Corumbá e do Bom Fim.

O atual Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB está organizado com uma única Área de Concentração – Arquitetura e Urbanismo, integrada pelas seguintes Linhas de Pesquisa: (1) Planejamento urbano e projeto urbanístico; (2) Tecnologia; (3) Teoria, história e crítica; e (4) Paisagem ambiente e sustentabilidade. As dissertações de mestrado defendidas desde 1977, totalizando 316, podem ser consultadas on-line.

Por fim, além da produção acadêmica, um “mapeamento” do estado da arte da investigação do patrimônio urbano e arquitetônico na Região Centro-Oeste do Brasil deve, ainda, considerar o conjunto de publicações de pequena tiragem e difícil circulação, que engloba as obras resultantes das pesquisas de historiadores e micro-historiadores locais ou o conjunto de publicações denominadas “de luxo” (igualmente sem caráter acadêmico, mas que, em geral, são ricas em reproduções iconográficas).

Do primeiro grupo, destacamos a produção do importante historiador Paulo Bertram, especialmente os livros *História da terra e do homem no Planalto Central*³⁸ e *Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade – Origens*³⁹. Do segundo, apenas como exemplo, temos os belos volumes *Cuiabá, uma janela para a história*⁴⁰, *Villa boa, bela, brilha. Cidade de Goiás*⁴¹ e *Fênix: restauro da Igreja Matriz de Pirenópolis*⁴².

A contribuição da disciplina Projeto de Arquitetura e Urbanismo VIII da FAU UnB

Em 2002, foi implantada, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, a disciplina Projeto de Arquitetura e Urbanismo VIII (Proau 8), também conhecida como Técnicas Retrospectivas em função das Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação (Portaria nº. 1770⁴³, de 21 de dezembro de 1994).

Trata-se de uma matéria teórico-prática em que um problema arquitetônico real – relacionado com a preservação do patrimônio – é apresentado aos estudantes, que são instigados a resolvê-lo. Para tanto, conteúdos teóricos, técnicos e projetuais são especialmente elaborados e desenvolvidos por

³⁸ BERTRAN, 2000.

³⁹ BERTRAN, 2002.

⁴⁰ ARAÚJO, 2000.

⁴¹ FOCUS (sem dados bibliográficos).

⁴² UNES e CAVALCANTI, 2008.

⁴³ Atualmente as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo estão contidas na Resolução CNE/CES no. 06 de 02 de fevereiro de 2006. Esta Resolução reafirma os conteúdos da antiga portaria 1770/94, após longo período de discussão e análise.

professores de diferentes áreas. Assim, a disciplina não apresenta uma organização rígida (a ser repetida a cada semestre), mas, ao contrário, é organizada a partir do(s) objetos(s) de estudo proposto(s) – o monumento ou os monumentos. A ementa da disciplina busca garantir “o domínio das teorias, práticas projetuais e soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos arquitetônicos e cidades”⁴⁴.

Em sua primeira oferta, os professores optaram por trabalhar com Brasília, cujos monumentos mais antigos contam, atualmente, com cerca de 50 anos. Desde então, temas relacionados com a preservação da “arquitetura moderna” e com a preservação da “arquitetura tradicional” são alternados a cada novo semestre letivo. Os resultados obtidos na Disciplina foram apresentados nos seminários nacionais sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura – Projeta, e no 7º Docomomo Brasil⁴⁵.

Ao longo dos últimos anos, foram desenvolvidos projetos de intervenção em onze monumentos significativos: o Touring Club de Brasília (DF - edificação semi-abandonada, reciclada para sediar a Casa da Cultura da América Latina); a Matriz de Nossa Senhora do Rosário (Pirenópolis – edificação incendiada, restaurada); o Brasília Palace (DF – edificação incendiada, reciclada para sediar a Fundação Atos Bulcão e a Bienal de Brasília); a sede da Fazenda Babilônia (Pirenópolis – edificação em funcionamento, restaurada e incorporada a um hotel fazenda); a Praça do Relógio Taguatinga (DF – espaço urbano estudado e requalificado); a Praça Tiradentes (Ouro Preto – espaço urbano estudado e que recebeu um plano diretor de preservação); as ruínas da Faculdade de Filosofia (Ouro Preto – edificação arruinada que recebeu intervenção para sediar uma biblioteca); a Casa de Oscar Niemeyer (DF – edificação em funcionamento, reciclada para centro comunitário); o Museu de Planaltina (DF – edificação abandonada, restaurada); o Instituto Central de Ciências da UnB (edificação em funcionamento, requalificada); a Casa do Padre Brás (Pilar de Goiás, edificação abandonada, restaurada para sediar uma pousada); a Casa da Rua da Matriz (Pilar de Goiás, edificação abandonada, restaurada para sediar o centro cultural da cidade) e, novamente, o Touring Club de Brasília (DF - edificação semi-abandonada, reciclada para sediar a sede do IPHAN DF).

Durante o segundo semestre de 2008, com a incorporação de três mestrados (um historiador e duas arquitetas⁴⁶), os professores optaram por ampliar o enfoque da Disciplina, bem como o seu comprometimento social. O tema proposto foi trabalhar com a arquitetura das fazendas anteriores à Brasília e que pertencem ao atual Distrito Federal.

Ao todo foram selecionadas dez edificações rurais, todas provavelmente do século XIX: Fazenda Currealinho, Fazenda Desterro, Fazenda Gama, Fazenda Monjolo I, Fazenda Monjolo II, Fazenda Saco Grande I, Fazenda Saco Grande II, Fazenda Sobradinho I, Fazenda Sobradinho II e Fazenda Velha.

⁴⁴ SCHLEE, 2002.

⁴⁵ SCHLEE, FERREIRA e MEDEIROS, 2003 e 2007. FERREIRA e SCHLEE, 2007.

⁴⁶ Alunos do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da FAU UnB.

Os estudantes foram organizados em grupos de três membros, ficando cada grupo responsável por resolver os problemas “apresentados” pelo monumento ou reivindicados pelos seus proprietários ou moradores.

Ao longo do semestre, os alunos foram avaliados em sete momentos distintos, a saber: (1º) o de **Trabalho de Campo**, incluindo visita às fazendas históricas do Distrito Federal; (2º) o de **Levantamento Cadastral e Diagnóstico de Patologias** da edificação estudada; (3º) o da elaboração de **Maquete** detalhada do monumento levantado; (4º) o do **Seminário Temático** sobre Cartas Patrimoniais e Teoria da Intervenção; (5º) o da entrega do **Estudo Preliminar** (trabalho individual, a partir das reivindicações dos usuários); (6º) o da entrega do **Relatório de Patologias** (com as soluções para os problemas diagnosticados) e (7º) o da **Entrega do Projeto de Intervenção** (trabalho individual, incluindo Projeto Arquitetônico, Memorial Justificativo e Maquete da Intervenção).

Desta maneira, além de acompanhar o desenvolvimento das atividades de ateliê e de campo, os professores puderam avaliar os estudantes trabalhando individualmente ou em grupo; realizando tarefas teóricas ou práticas; expressando-se oralmente (Seminário), a mão livre (Estudo Preliminar), em CAD (Projeto de Intervenção) e por meio de modelos tridimensionais (com duas maquetes: a do monumento e a da intervenção).

Por outro lado, o tema – arquitetura rural – permitiu um saudável “choque de realidade”, uma vez que os estudantes foram forçados a conviver com situações sociais, e de projeto, até então não enfrentadas. Assim, alunos ambientados com o Plano Piloto de Brasília, que vivem em blocos de superquadras ou em algum setor de residências isoladas – leia-se “mansões” – da Capital, passaram a conviver com os moradores das fazendas e a medir e conhecer as singelas casas rurais goianas do século XIX. Moradas sólidas, com poucas aberturas, construções vernaculares, na sua maioria erguidas de adobe ou pau-a-pique, com poucos cômodos, algumas sem banheiros.

Casas de gente simples, mas honesta, como gostam de repetir...

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Bernadete Durães (Org.). **Cuiabá, uma janela para a história**. Cuiabá: B.D. Araújo, 2000.
- BARBO, Lenora de Castro. **A cartografia histórica e os caminhos de ocupação do atual Distrito Federal**. Brasília: inédito, 2009.
- BARBO, Lenora de Castro. **A redescoberta das estradas coloniais do Planalto Central pela cartografia histórica e a partir do relato de cronistas e viajantes nos séculos XVIII e XIX**. Brasília: inédito, 2009.
- BARROS, José D’Assunção. **O projeto de pesquisa em história. Da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BERTRAN, Paulo. **Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade – Origens**. Brasília: Verano, 2002.
- BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem do Planalto Central**, Brasília: Verano, 2000.

- CARRAZZONI, Maria Elisa. **Guia dos bens tombados**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980.
- CUNHA, Manuela Carneiro (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DERENJI, Jorge. Indígena. In. MONTEZUMA, Roberto (org.). **Arquitetura Brasil 500 anos. Uma invenção recíproca**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.
- ETZEL, Eduardo. **O barroco no Brasil. Psicologia – Remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1974.
- FERREIRA, Oscar, SCHLEE, Andrey. **Acessibilidade, reabilitação e patrimônio**. Porto: FEUP, 2009.
- FERREIRA, Oscar, SCHLEE, Andrey. Patrimônio cultural: segurança e acessibilidade. In. **Anais do Projetar III**. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.
- FERREIRA, Oscar. SCHLEE, Andrey. **Architectural heritage, Authenticity and Accessibility: The Brazilian Case**. Tallinn: Wessex Institute of Technology - WIT, 2009.
- Festival de Poesia de Goyaz, Cidade de Goiás – GO**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2007.
- FITCH, James M. **Historic preservation. Curatorial management of the built world**. Virgínia: University Press of Virginia, 1990.
- FOCUS (Produção). **Villa boa, bela, brilha. Cidade de Goiás**. (sem dados bibliográficos).
- GRAEFF, Edgar A. **Folheto 2: 1983, Goiânia - 50 anos**. Brasília: MEC/SESU, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- KEATING, Vallandro, MARANHÃO, Ricardo. **Caminhos da conquista. A formação do espaço brasileiro**. São Paulo: Terceiro Nome, 2008.
- KOK, Glória. **O sertão itinerante. Expedições da Capitania de São Paulo no Século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MEDEIROS Ana Elisabete. Patrimônio cultural, ensino de projeto e profissão de arquiteto: caso ou acaso? In. **Anais do Projetar II**. Rio de Janeiro: PROARQ UFRJ, 2003.
- MONTEZUMA, Roberto (org.). **Arquitetura Brasil 500 anos. Uma invenção recíproca**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.
- NOVAES, Sylvia Caiuby (org.). **Habitações indígenas**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1983.
- OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa de Meia-Ponte**. Goiânia: Agência Goiana de Cultura, 2001.
- PESSÔA, José, PICCINATO, Giorgio (orgs.). **Atlas de centros históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- PRADO JR. Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil 1500-1720**. São Paulo: Pioneira, 1968 ou 2.ed. São Paulo: Pini, 2001.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EdUSP, 2000.

- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- RIBAS, Maria Margareth (coord.). **Corumbá. História construída no Pantanal**. Corumbá: Ministério da Cultura/IPHAN, 2000.
- RIBEIRO, Berta G. **Suma etmológica brasileira 1. Etnobiologia**. Petrópolis: Vozes/Finep, 1986.
- RIBEIRO, Berta G. **Suma etmológica brasileira 2. Tecnologia Indígena**. Petrópolis: Vozes/Finep, 1986.
- RIBEIRO, Berta G. **Suma etmológica brasileira 3. Arte índia**. Petrópolis: Vozes/Finep, 1986.
- SÁ, Cristina C. Habitações indígenas. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 12, p.129-142, 1979.
- SCHLEE, Andrey, FERREIRA, Oscar, MEDEIROS Ana Elisabete. Dissociação, fragmentação e união: a experiência do ensino de técnicas retrospectivas. In. **Anais do Projetar I**. Natal: PPGAU-UFRGN, 2003.
- SCHLEE, Andrey, FERREIRA, Oscar, MEDEIROS Ana Elisabete. **Intervenção Patrimonial**. Módulo do curso de pós-graduação lato sensu em reabilitação ambiental sustentável arquitetônica e urbanística. Brasília: REABILITA, 2008.
- SCHLEE, Andrey, FERREIRA, Oscar, MEDEIROS Ana Elisabete. Preservar e intervir no patrimônio moderno. O caso de Brasília. In. **Anais do 7º Seminário Docomomo Brasil**. Porto Alegre: PROPARG-UFRRS, 2007.
- SCHLEE, Andrey. A preservação do moderno: o caso de Brasília. In. PESSOA, José (org.). **Moderno e Nacional**. Niterói: EdUFF, 2006. pp.141-153.
- SCHLEE, Andrey. **Ementa da disciplina Projeto de Arquitetura e Urbanismo VIII**. Brasília: FAU UnB, 2002.
- SILVA TELLES, Augusto Carlos. **Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: MEC/FAE, 1985.
- UNES, Wolney, CAVALCANTE, Silnio. **Fênix: restauro da igreja Matriz de Pirenópolis**. Goiânia: ICBC, 2008.
- UNESCO. **Patrimônio mundial no Brasil**. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2000.
- VAZ, Maria Diva Araújo Coelho, ZÁRATE, Maria Heloísa. **A casa goiana. Documentação arquitetônica**. Goiânia: EdUCG, 2004.
- VAZ, Maria Diva Araújo Coelho. **Folheto 1: Natividade**. Brasília: MEC/Pró-Memória, 1985.
- Vídeo documentário: Canteiro aberto. Restauro da Igreja Matriz de Pirenópolis, Goiás**. Direção de Waldir de Pina. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, s.d. 4 vídeos, color, português (CD-ROM).
- VIEIRA JÚNIOR, Wilson Carlos Jardim. **Patrimônio cultural da Fazenda Velha**. Brasília: Trabalho de Disciplina/PPG FAU, 2008.
- Villa Boa de Goyás**. Direção de Moacir de Oliveira. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, s.d. 25min.,color, inglês/português. (Fita de vídeo – VHS).